

O IDEB NAS REDES EDUCACIONAIS DE GOIÁS E DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA: Resultados e Politização

Adão José Araújo de Abreu¹

Maria Amélia dos Santos²

Professor orientador: Gleyvison Nunes dos Santos

Gleyvison.nunes@gmail.com

Artigo apresentado para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação

RESUMO

O presente estudo traz como objeto principal, a questão da busca e o alcance das metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Brasil; o (IDEB), nas Redes de Educação de Goiás e do Município de Goiânia. Estabeleceu-se o debate sobre as estratégias usadas para atingi-las e se elas se traduzem em melhoria da qualidade educacional e da aprendizagem. Essa reflexão estendeu-se também sobre as políticas educacionais implantadas nessas redes, o papel dos profissionais de educação nesse processo, a educação neoliberal e a capitalização política sobre os resultados. Uma das perguntas dessa pesquisa, foi: esses estudantes estão de fato aprendendo ou apenas sendo treinados para fazer provas objetivas em duas áreas de conhecimento na perspectiva de uma “educação bancária”? O trabalho apoiou-se no levantamento bibliográfico sobre o tema e na análise de alguns dados retirados do censo escolar de três escolas das duas redes de ensino. Uma das conclusões observadas foi que, o fator de maior relevância para os gestores educacionais, é a preocupação com os números a serem apresentados e a politização dos mesmos devido ao alcance da pauta, e menos com uma educação significativa e reflexiva. Além disso, a valorização de apenas duas áreas do conhecimento face às demais. Um projeto de resultados que, estimula a competição, premia os “melhores” e exclui os “piores”, perpetuando-os nessa condição; rotulando-os e deixando-os à margem.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Aprendizagem. Avaliação. Resultados.

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais; especialista em História do Brasil: Regional e Local pela Universidade Federal de Goiás; especialista em Libras pela Faculdade Delta; professor efetivo da educação básica das redes municipal de Goiânia e estadual de Goiás. E-mail: adao.prof5@gmail.com.

² Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) – 1999; Pós-Graduada em Língua Portuguesa pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) – 2000; Professora Efetiva (Pires do Rio/GO E-mail ameliavs2@hotmail.com

ABSTRACT

The present study focuses on the issue of the search for and achievement of goals in the Basic Education Development Index in Brazil (IDEB) within the education networks of Goiás and the municipality of Goiânia. The debate revolves around the strategies employed to reach these goals and whether they translate into improvements in educational quality and learning. This reflection also extends to the educational policies implemented in these networks, the role of education professionals in this process, neoliberal education, and the political capitalization of results. One of the questions of this research was: are these students actually learning or just being trained to take standardized tests in two areas of knowledge from the perspective of a "banking education"? The work relies on a literature review on the topic and the analysis of data from the school census of three schools in the two education networks. One conclusion was that the most relevant factor for educational managers is the concern with the numbers to be presented and their politicization due to the scope of the agenda, rather than a meaningful and reflective education. Additionally, there is a focus on only two areas of knowledge over others, a results-oriented project that encourages competition, rewards the "best," and excludes the "worst," perpetuating their condition, labeling them, and leaving them on the sidelines.

Keywords: Educational Policies. Learning. Assessment. Results.

RESUMEN

El presente estudio aborda la cuestión de la búsqueda y el logro de las metas del Índice de Desarrollo de la Educación Básica en Brasil (IDEB) en las Redes de Educación de Goiás y del Municipio de Goiânia. Se ha establecido un debate sobre las estrategias utilizadas para alcanzar estas metas y si se traducen en una mejora de la calidad educativa y del aprendizaje. Esta reflexión también se extiende a las políticas educativas implementadas en estas redes, el papel de los profesionales de la educación en este proceso, la educación neoliberal y la capitalización política de los resultados. Una de las preguntas de esta investigación fue: ¿estos estudiantes realmente están aprendiendo o simplemente están siendo entrenados para realizar exámenes objetivos en dos áreas de conocimiento desde la perspectiva de una "educación bancaria"? El trabajo se basó en una revisión bibliográfica sobre el tema y en el análisis de datos, algunos de los cuales fueron extraídos del censo escolar de tres escuelas de las dos redes educativas. Una de las conclusiones observadas fue que el factor de mayor relevancia para los gestores educativos es la preocupación por los números que se presentarán y la politización de los mismos debido a la amplitud de la agenda, y menos por una educación significativa y reflexiva. Además, se observa una valorización de solo dos áreas del conocimiento en comparación con las demás. Un proyecto de resultados que estimula la competencia, premia a los "mejores" y excluye a los "peores", perpetuándolos en esa condición, etiquetándolos y dejándolos al margen.

Palabras Clave: Políticas Educativas. Aprendizaje. Evaluación. Resultados.

1 - INTRODUÇÃO

O atual cenário educacional público brasileiro, engessa as possibilidades de participação dos atores, entendidos aqui como todos aqueles que o compõem: estudantes, professores, gestores, assim como os demais profissionais da educação. O Estado formula, regula e determina as políticas educacionais gestadas por aqueles que estão no seu comando.

Em Goiás e em Goiânia, a prioridade passou a ser as avaliações externas, principalmente a prova Brasil, com o objetivo de alcançar o IDEB. Foi criado também o SAEGO³ e outras avaliações externas, aos moldes da avaliação nacional e os estudantes passaram a ser “treinados” para fazê-la. Desde então o estado tem aparecido nas primeiras colocações do país e as propostas educacionais cada vez mais reforçam esse objetivo. O foco principal desse trabalho é, portanto, refletir se esses resultados significam de fato uma melhoria da qualidade na educação. Julga-se ser de relevante importância, que pesquisas se debruçam sobre esse novo cenário; políticas voltadas para metas e resultados têm sido adotadas e traduzidas como avanços significativos, numa perspectiva neoliberal de educação.

Por integrar esse contexto como professores, julgou-se ser relevante refletir sobre a atual percepção de educação implantada nessas duas redes de ensino, assim como nas demais do país. Essas foram as questões norteadoras do trabalho: que tipo de educação esses estudantes estão recebendo; crítica/emancipatória ou da repetição “bancária”? Pode-se dizer que os números se traduzem em qualidade educacional e da aprendizagem?

2 – MÉTODO

O trabalho ancorou-se no levantamento bibliográfico acerca do tema, contextualizando-o com a realidade mais próxima vivenciada enquanto professores, levando à reflexão sobre alguns elementos e estratégias para se alcançar tais resultados. Também foram levantados alguns dados de domínio público do censo escolar, para

³ O Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO) foi criado em 2011, em parceria com o CAEd/UFJF. Desde então, promove avaliações em Língua Portuguesa e Matemática dos Ensinos Fundamental e Médio. O objetivo é utilizar os resultados para mensurar o desenvolvimento dos alunos das escolas da rede estadual de ensino e conveniadas, visando a melhoria da educação no estado.

verificar a situação em três escolas de cada rede de ensino. Tentou-se dessa forma, dialogar com autores que tratam sobre projeto neoliberal de educação, suas metas e seus efeitos; identificando-se uma crise identitária sofrida nessa ceara.

3 – DESENVOLVIMENTO

3.1 Século XXI, novos desafios e novas metas para a educação no Brasil

No ano de 2007, começou-se a medir o IDEB, por amostragem em algumas escolas do Brasil que, a partir de então, passaram a ser monitoradas em seus resultados, sendo estipuladas metas a serem alcançadas gradativamente. Mas, essas avaliações ainda não tinham o caráter tão rigoroso na cobrança de resultados; não eram vistas como parâmetro exclusivo de qualidade na educação e nem eram tão politizados! Esses dados passam a ganhar mais importância com o Plano Nacional de Educação Básica.

O Brasil, já adota um sistema de avaliação da educação básica. Verificar-se-á a seguir alguns elementos dessa avaliação, sem pretensões de aprofundamento do tema, conceituando e fazendo algumas análises sobre o mesmo. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é um órgão vinculado ao MEC e também é o responsável pela sua elaboração e aplicação, para verificar o IDEB: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). (BRASIL, 2020, p. 1)

As escolas abaixo dos indicadores, foram classificadas como focais, o que indicava que havia uma grande defasagem na aprendizagem. Esse sistema de avaliação criou plataformas com o objetivo de divulgação de dados para que se pudesse intervir sobre os resultados obtidos, passando a um monitoramento mais efetivo dos indicadores desde 2007. A partir de então, uma das medidas tomadas foi a criação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em 2013. (BRASIL, 2013) Em 5 de maio de 2020, através da portaria nº 458, estabelece em seu artigo 10, que o Saeb se estenderia para escolas públicas e privadas. (Brasil, 2020)

3.2 O projeto neoliberal de uma educação voltada para resultados

Mészáros (2008), afirma que, em nome do que se poderia chamar de reformas, elas se alinham ao modo de reprodução da sociedade admitindo apenas “alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo a educação.” Assim elas apenas seriam admitidas para corrigir alguma imperfeição, mas, prevalecendo a ordem global do “sistema de reprodução.”

O Estado formula, regula e determina as políticas educacionais gestadas por aqueles que estão no seu comando. Em alguns casos, os titulares das pastas, nem mesmo possuem formação na área, como ocorreu em Goiás, cujo secretário da educação, foi um administrador e implantou esse modelo, retirando direito de professores e oferecendo bônus por resultados.

A educação para Libâneo (2016), passou a seguir orientações internacionais desde os anos de 1990, tornando-se um dos meios de interferência para redução da pobreza, através do que ele chama de “conhecimentos úteis e avaliação de resultados. Isso se daria com o objetivo de fazer com que o sujeito produza mais, ou seja, reduzindo o desenvolvimento humano ao desenvolvimento econômico/social. Praticar uma “educação emancipatória”, torna-se cada vez mais desafiador. Segundo o autor: [...] “A escola se reduz a atender conteúdos “mínimos” de aprendizagem numa escola simplificada, aligeirada, atrelada a demandas imediatas de preparação da força de trabalho.” (LIBÂNEO, 2016, p. 47)

3.2.1 Cálculo e impactos das avaliações externas nas escolas

A fórmula de cálculo da nota final das instituições escolares não se traduz apenas pela nota alcançada pelo estudante com descrito abaixo:

O Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. (BRASIL, 2020, p. 1)

Um dos pontos observados dessa avaliação é justamente a questão do fluxo, entendido como aprovação. Sendo ele capaz de elevar ou diminuir a nota das escolas e conseqüente, a média das federações ou municípios. Sendo assim, não poderiam acontecer pressões sobre os gestores por parte das secretarias de educação e dos gestores sobre os professores para que haja aprovação a qualquer preço? Esse fato refletiria a realidade educacional na aprendizagem? Sabendo-se que a educação é uma das mais fortes bandeiras políticas, de candidatos e governantes nas diferentes esferas, essa possibilidade nos pareceu bem consistente!

De acordo com Libâneo (2012), a educação implantada nas redes públicas de ensino do Brasil, incentiva a competição através de rankings e a valorização pura de números, com a avaliação de desempenho dos alunos, avaliando também as escolas.

Nas duas redes aqui analisadas foram criados rankings de estudantes, escolas e profissionais da educação, com premiação, mas também com punições em caso de não cumprimento das metas estabelecidas: diretores se comprometem a cumpri-las de forma escrita, sob pena até de afastamento caso não as cumpram, possibilidade de remoção de professores a partir dos resultados apresentados; mas também de bônus se lograrem êxito nas avaliações.

Passone corrobora a ideia de Libâneo ao afirmar que:

Na medida em que o objetivo da educação está voltado mais ao desempenho dos alunos nas provas do que ao ensino, desloca-se a questão das condições de educar e do ensinar para o ato de aprender do aluno e seus resultados. Como consequência, tais instrumentos acabam por identificar e classificar as posições cognitivas dos sujeitos, o que seria o equivalente contemporâneo dos testes de inteligência desenvolvidos no início do século por Binet-Simon. Ao legitimar cada um numa posição considerada “natural”, reforça-se a função de controle e segmentação social da educação, marca da inadequação da avaliação psicométrica como indicador efetivo de qualidade educacional. (PASSONE, 2014, p. 434)

Outro foco de interesse do trabalho foi sobre o que usualmente se chama de avaliação qualitativa que passou a ser usada com o objetivo de “recuperar” os estudantes com baixa frequência e com risco de reprovação. Para que ela ocorra, esses sujeitos que, as vezes passam meses fora da escola, precisam ser recuperados. Assim os professores devem elaborar e aplicar atividades para esses sujeitos. Essas atividades geralmente são corrigidas e podem ser reaplicadas inúmeras vezes até que o estudante alcance a nota mínima para a aprovação, não prejudicando o desempenho da escola no IDEB. Não há

aqui defesa da reprovação, apenas quis-se pensar sobre o que pode ocorrer no interior das escolas para melhorar seu ranking.

3.3 Política, Estado e Governo: agentes legitimadores do poder nas diversas esferas

Condé (2011), traz a relação inseparável de política e poder. Para o autor, a política seria articuladora de interesses e da solução de conflitos dela advindos. Sendo o Estado regulador de tudo; se legitima através da política e o governo que está dentro dele, exerce seu poder a partir do mesmo. Ele o faz através das eleições e os governos elaboram suas próprias políticas com a finalidade de se manterem por maior tempo possível com o domínio e controle do Estado. Ainda de segundo o autor:

Políticas públicas são um problema público, não apenas porque elas precisam de conexão com o espaço público, mas também necessitam atingir o debate público. Conhece-las e debatê-las tornou-se uma necessidade da sociedade democrática porque, em seu nome são tomadas decisões de grande impacto [...] (CONDÉ, 2011, p. 46).

Esse foi, portanto, o esforço deste trabalho, a partir de quem está inserido e vivencia o mundo da educação há mais de 20 ano, experienciando as mais diversas propostas educacionais. Convictos de que os últimos anos têm sido os mais desafiadores para todos os sujeitos imersos no atual contexto educacional da escola pública brasileira. É preciso fazer o debate sobre essas propostas adotadas nas duas redes, ouvindo todos os atores envolvidos com a reflexão dos mesmos sobre o atual cenário dentro das escolas: suas impressões, o que melhorou, o que ainda não avançou e principalmente; se os números alcançados refletem de fato melhoria na qualidade da educação e da aprendizagem.

4 – ANÁLISE DOS DADOS

Apesar desse trabalho ter se sustentado no levantamento bibliográfico sobre o tema, procurou-se trazer alguns dados de domínio público para que possam enriquecer a discussão. Esses dados foram retirados por amostragem em relação às duas redes. Foram escolhidas três instituições de ensino classificadas como escolas (1, 2 e 3) da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia e outras três da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás, que também receberam a mesma classificação. O levantamento teve

como local a cidade de Goiânia, no mesmo bairro ou na vizinhança, para que os parâmetros de análise fossem mais os próximos possíveis

Veja o desempenho das duas redes nos anos finais (9º ano), em anos consecutivos, conforme abaixo:

Tabela 1 Dados Escola 1 da Rede municipal de Educação

ANO	PROFICIÊNCIA	FLUXO	IDEB	META
2013	5,42	0,85	4,6	4,7
2015	6,02	0,84	5,1	5,1
2017	5,9	0,88	5,2	5,3
2019	5,58	0,98	5,5	5,6

Fonte: do próprio autor, com dados extraídos do site QEdU.org.br

Tabela 2 Dados da Escola 1 da Rede Estadual de Educação

ANO	PROFICIÊNCIA	FLUXO	IDEB	META
2013	5,72	0,74	4,2	4,5
2015	4,93	0,67	3,3	4,8
2017	5,85	1,0	5,9	5,1
2019	5,2	1,0	5,2	5,3

Fonte: do próprio autor, com dados extraídos do site QEdU.org.br

O primeiro fator de análise aqui, foi o quanto a questão do fluxo influencia diretamente nos resultados da nota final da escola. Observou-se através dos dados da tabela 1 que, a escola 1 do município, só se alcançou sua meta em 2015, mesmo com o menor índice de aprovação dos anos analisados. Nos demais anos, ela não foi alcançada em função da reprovação, pois, teria nota o suficiente para ficar dentro da meta, ainda que no último ano a aprovação tenha sido de quase 100%.

A mesma situação acontece analisando a tabela 2, referente escola 1 da rede estadual. Porém, nos dois últimos anos, a aprovação passou a ser de 100% a partir 2017, ultrapassando em muito a meta.

Tabela 3 Dados da Escola 2 da Rede municipal de Educação

ANO	PROFICIÊNCIA	FLUXO	IDEB	META
2013	4,63	0,73	3,4	2,9
2015	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
2017	5,39	0,86	4,6	3,7
2019	5,47	0,99	5,4	5,1

Fonte: do próprio autor, com dados extraídos do site QEdU.org.br

Tabela 4 Dados da Escola 2 da Rede Estadual de Educação

ANO	PROFICIÊNCIA	FLUXO	IDEB	META
2013	5,72	0,74	4,2	4,5
2015	4,93	0,67	3,3	4,8
2017	5,85	1,0	5,9	5,1
2019	5,2	1,0	5,2	5,2

Fonte: do próprio autor, com dados extraídos do site QEdu.org.br

As duas escolas situam-se na Região Noroeste de Goiânia sendo bastante próximas. Ao ler os dados da tabela 3, percebeu-se que a escola cumpriu suas metas em todos os anos, com exceção de 2015, ano em que a escola não pode ser aferida, provavelmente por uma frequência insuficiente no dia da avaliação.

Nota-se que a escola da tabela 4 tinha um alto nível de reprovação até o ano de 2015. Mas, a partir de 2017, essa situação muda bastante com o aumento das notas e dos níveis de aprovação. Em 2015, a escola apresentou um baixíssimo IDEB e obteve sua menor taxa de aprovação, passando a ser considerada uma escola focal.

Tabela 5 Dados coletados da Escola 3 da Rede municipal

ANO	PROFICIÊNCIA	FLUXO	IDEB	META
2013	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
2015	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
2017	4,6	0,87	4,0	4,0
2019	4,95	0,89	4,4	4,2

Fonte: do próprio autor, com dados extraídos do site QEdu.org.br

Tabela 6 Dados coletados da Escola 3 da Rede Estadual:

ANO	PROFICIÊNCIA	FLUXO	IDEB	META
2013	5,02	0,89	4,5	5,0
2015	5,72	0,95	5,4	5,4
2017	5,47	1,0	5,5	5,6
2019	5,29	0,97	5,2	5,9

Fonte: do próprio autor, com dados extraídos do site QEdu.org.br

As escolas também se situam no mesmo bairro. Observou-se que a tabela 5, apresenta-se sem dados na plataforma nos anos de 2013 e 2015. Porém, nos dois anos em que houve avaliação, ela conseguiu atingir suas metas; embora, tenha apresentado notas baixas.

Já a escola da tabela 6, conseguiu atingir sua meta apenas no ano de 2015 com aumento do seu fluxo, mantendo-o alto, perseguindo os números estipulados.

Para refletir sobre os dados, recorreu-se a Libâneo (2016), que chama esse tipo método de aprendizagem, como “mecânica e aligeirada”, onde o estudante é arguido por testes para os quais é “treinado”, usando apostilas para alcançar metas ou resultados. Para o autor a escola perderia seu sentido.

“Não se trata, portanto, de uma escola voltada para ensinar conhecimentos significativos, contribuir para a promoção e ampliação dos conhecimentos psíquicos superiores, ajudar a compreender e analisar a realidade e desenvolver o processo de pensamento.” (LIBÂNEO, 2016, p. 49)

Ao visualizar os dados aqui apresentados, é possível corroborar a afirmação do autor. Em Goiás especificamente, adotou-se um sistema de apostilamento para as duas áreas de conhecimento aferidas, assim como também as avaliações externas da própria rede com objetivo de preparação para a prova Brasil. O programa de avaliação foi implantado pelo governo federal, mas as metodologias e as metas são estipuladas pelas redes locais.

Diante desse quadro de metas e resultados verificado, Libâneo (2018), traz a questão do que seria qualidade na educação, afirmando que a escola ao ser tratada como empresa, passaria a ter como finalidade “fabricar um aluno”. E foi justamente esse o viés que procurou-se demonstrar ao analisar esses dados por amostragem. As duas redes apresentam dados semelhantes nas metas, e um nível de aprovação próximo dos 100%, reportando às empresas que buscam a certificação de qualidade. Destaca-se, porém, que o conceito de educação é muito mais amplo do que o pragmatismo que vem sendo imposto a ela! É preciso, pois, pensá-la para em sua totalidade e subjetividade.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dialogando com os autores que tratam a problemática da educação a serviço do controle sobre a população, servindo a interesses diversos; esforçou-se em trazer para esse trabalho a indagação sobre as metas elencadas para a mesma e se elas confirmariam sua melhoria. Procurou-se refletir sobre os números alcançados no estado de Goiás e na Prefeitura de Goiânia, nos últimos anos. Ainda que tenha sido apenas por amostragem em diferentes regiões da capital, foi possível desenvolver algumas percepções.

Como verificado nos dados, a partir do ano de 2017, todas as escolas aumentaram consideravelmente seu fluxo. Sobre esse fato, deixa-se as seguintes interrogações a ser respondida em trabalhos futuros: esse aumento na aprovação pode ser entendido como

uma real melhoria da aprendizagem e conseqüentemente da qualidade da educação? Teria ele passado a ser intencionalmente adotado pelas escolas ou ainda, imposto às mesmas para que atinjam suas metas? Embora perceba-se melhoria também nas notas das avaliações, é preciso pensar sobre possíveis pressões internas e externas sobre as unidades escolares, o que poderia de certa forma, diminuir ou extinguir a autonomia das mesmas e de quem nelas atuam.

Sendo um dos autores desse trabalho, professor na escola 1 da Rede Estadual, portanto, testemunha contemporânea ao fato, é possível afirmar que ela passou por um processo de intervenção no ano de 2017, em virtude dos resultados anteriores; principalmente do ano de 2015, em que ela atingiu seu menor patamar no IDEB. Muitos profissionais “foram afastados” ou preferiram se afastar para outras escolas, não se adaptando às novas orientações vindas da Rede. Observando os dados do ano analisado para essa decisão, verificou-se que; caso a escola tivesse conseguido o fluxo máximo, ela teria cumprido sua meta. O que nos forneceu elementos para pensar que, a partir do ano de 2017, houve um propósito de aumento do fluxo verificado também nas demais escolas e um crescente aumento do IDEB em Goiás

Ressalta-se que o ano subsequente (2018), foi o ano de eleições para governo do estado, e a bandeira da educação foi densamente explorada, tanto pelo então governador, quanto pelo candidato por ele apoiado. Essa foi uma das molas mestras para nos incentivar a refletir sobre o quadro vivenciado pela educação no estado e no país. Quando o Estado intervém de forma controladora e opressora sobre a educação, ainda que, ele deva estar sempre vigilante; os resultados podem ser desastrosos e manipulados.

Sendo insuficientes para uma afirmação definitiva, mas, instigantes; os dados aliados ao levantamento bibliográfico nos dão pistas de que a implementação do IDEB ao mesmo tempo em que buscou uma melhoria da qualidade na educação pública brasileira, criou outro grande problema; uma enorme politização sobre ela! Além disso, ele pode trazer conseqüências negativas de uma educação mecanizada, repetitiva e que mascara dados. Retirando-se também dos estudantes a possibilidade de uma educação reflexiva, humanizadora, inovadora, com pouca valorização dos aspectos culturais, supervalorização do conhecimento de Português e Matemática em detrimento das demais áreas de conhecimento. Além de tudo; essa política tornou-se controladora e repressora sobre os profissionais nela envolvidos. Por sua natureza em si, não se considera esse modelo de educação como positivo. Depara-se aqui com um novo desafio; verificar as contribuições e contradições dessa nova tendência educacional no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasília. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb> . Acesso em: 24 de jan. 2021.

CONDÉ, Eduardo Salomão et tal. Políticas educacionais e avaliação de programas. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Políticas Educacionais Neoliberais e Escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva. *In: Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar [livro eletrônico] / Organizadores José Carlos Libâneo e Raquel A. Marra da Madeira Freitas. – 1ª ed. – Goiânia : Editora Espaço Acadêmico, 2018.*

_____. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n.159, p.38-62, jan./mar., 2016.

MÉSZÁROS, Istivan. A educação para além do capital. 2ª ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

PASSONE, Eric Ferdinando Kanai. Incentivos monetários para professores: avaliação, gestão e responsabilização na educação básica. *Cadernos de Pesquisa*, 44 (152), 424-449. Abr./jun.2014.

<https://institucional.caeddigital.net/projetos/saego-go.html>. Acesso em 03 de Fev. de 2021.

<https://qedu.org.br/brasil/ideb> . Acessado em 08 de Fev. 2021.